



Cosmovisão indígena e modelo de desenvolvimento

Se pensarmos o Brasil a partir das cosmologias e histórias indígenas, veremos que esta nação é múltipla e nela coexistem maneiras distintas de pensar e de viver. E mesmo que a vivência em um território comum nos coloque o desafio de construir um campo de ação política que nos unifique como cidadãos, as cosmologias indígenas não podem ser reduzidas às formas ocidentais de pensar e de ordenar o mundo.

As experiências e os saberes indígenas consideram o universo em sua totalidade e inserem o ser humano em uma complexa rede de relações que envolvem os seres, naturais e sobrenaturais, integrando a vida como um todo. Essas cosmologias não se confundem e nem

podem ser contidas dentro da lógica materialista e mercadológica, com a qual estamos habituados.

Do ponto de vista ocidental e centrado na razão europeia, as formas de conhecimento e de expressão indígenas estariam em desvantagem, pois ainda seriam vistas como menos complexas, menos científicas, mais primitivas. Deste ponto de vista, seriam lógicas superadas, que deveriam ceder lugar à verdadeira razão e à verdadeira ciência. Mas, na atualidade, diversos campos das Ciências Sociais têm realizado uma crítica a esse tipo de raciocínio que coloca a vida indígena como obsoleta. Também questionam a noção de que haveria um caminho único a trilhar rumo ao desenvolvimento da ciência, que respalda também a ideia

de que existe uma solução única para a promoção do desenvolvimento econômico de um país.

A crítica principal dos cientistas sociais é direcionada à racionalidade econômica que afirma a primazia total do mercado e que, assim, coloca em segundo plano o bem estar das pessoas e a proteção do meio ambiente.

A lógica do mercado é a que sustenta os atuais projetos e medidas governamentais. A partir dessa lógica, tudo se converte em recurso – a natureza, o ser humano, o conhecimento, a criatividade no trabalho, tudo pode ser capitalizado para se tornar lucrativo. A expressão mais potente dessa lógica mercantil é a ideia de que só existe uma ordem social desejável, um único modelo de desenvolvimento possível.



Daniel Beltra/Greepace

As escolhas do governo brasileiro e seus efeitos

No Brasil, os governos das duas últimas décadas têm investido fortemente nos ajustes econômicos, políticos e sociais do país aos pressupostos do capitalismo neoliberal, alentados pelas promessas de crescimento e de desenvolvimento.

Assim, devido ao sonho do Brasil de se tornar uma grande potência, o Estado vem implementando um modelo de desenvolvimento que causa severos impactos sobre a vida das pessoas: flexibiliza-se as leis sociais e ambientais, desregulamenta-se as relações trabalhistas, privatiza-se as empresas estatais, canaliza-se grande volume de recursos para a construção de obras de infraestrutura e para o agronegócio, de modo a garantir a expansão da iniciativa privada, enquanto definham os recursos públicos para a saúde, educação e para as políticas sociais como um todo. Não bastasse a lógica da concorrência que se estabelece na vida social, no Brasil, o Estado também assume o lugar de um competidor, assumindo o jogo do mercado.

No conjunto de medidas consideradas necessárias para assegurar o crescimento e o desenvolvimento estão aquelas que afetam diretamente os direitos dos povos indígenas. As escolhas principais do governo brasileiro estiveram centradas num projeto que se concretizou, particularmente, no Plano de Aceleração do Crescimento, o PAC, e na Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional da América do Sul (Irlsa). Não por acaso os bancos e as empreiteiras obtiveram um expressivo aumento da sua lucratividade. Em função disso, nos últimos anos, além dos tradicionais conflitos envolvendo a posse e demarcação das terras indígenas, estabeleceram-se ainda outros, decorrentes das mega obras de infraestrutura e da opção do governo em priorizar os interesses econômicos de grandes empresas privadas.

Um exemplo é a expansão dos empreendimentos agroindustriais e o modo como sua capacidade de gerar lucro tem sido enaltecida. Em discursos empresariais e até oficiais, o agronegócio é alçado à condição de alavanca capaz de tornar o Brasil competitivo. Governando numa perspectiva desenvolvimentista e para salvaguardar os setores considerados produtivos e superavitários, restam poucos recursos orçamentários para a promoção de políticas sociais efetivas, que não sejam apenas assistenciais.

A terra, que na cosmovisão indígena é a base das relações sociais e espaço para conviver, torna-se recurso a ser maximizado na lógica desenvolvimentista. Assim, diversas terras indígenas passam a ser consideradas indispensáveis para a prosperidade do agronegócio e, por isso, conflitos e violências são praticados contra as comunidades indígenas em diferentes estados brasileiros.

O principal efeito das políticas desenvolvimentistas é a morosidade nos processos de demarcação das terras e a noção de que os estilos de vida destes povos são desnecessários e não condizem com as de um país do futuro. Mesmo tendo o direito à terra assegurado na Constituição Federal, os indígenas, quilombolas e as comunidades tradicionais não têm conseguido ocupar efetivamente os seus territórios ancestrais, aos quais têm direito, já que eles são considerados espaços fundamentais para a ampliação da produção agropecuária.

Um dos problemas deste modelo, que não é considerado com a devida seriedade, é o fato de que o agronegócio - baseado na monocultura, na intensa utilização de insumos e fertilizantes, na criação extensiva de animais, no consumo excessivo de água - contamina, polui e destrói a terra, a água, o ar e a biodiversidade. São, portanto, dois modelos antagônicos de ocupação da terra que estão em disputa.

De qualquer modo, sejam quais forem as metas econômicas traçadas para o país, o desrespeito aos povos indígenas (e aos seus direitos) não pode ser considerado aceitável para uma sociedade que define a si mesma como democrática.

Dentro da lógica do mercado, não há limites para a exploração da natureza, como se não houvesse outro modo de viver e produzir

Mas a visão de mundo neoliberal não é única, embora se pretenda universal. Há uma infinidade de lógicas e de raciocínios diferentes, dentro das variadas culturas existentes no Brasil, na América Latina, no mundo. A maior riqueza do Brasil é justamente a diversidade dos modos de viver, pensar, produzir e sentir dos 305 povos indígenas existentes hoje no Brasil e de tantos outros povos e comunidades tradicionais, como os quilombolas, pescadores artesanais, as quebradeiras de coco babaçu, seringueiros, castanheiros, comunidades de fundo de pasto, faxinalenses, marisqueiras, ribeirinhos, varjeiros, sertanejos, jangadeiros, ciganos, açorianos, vazanteiros, pantaneiros, geraizeiros, caatingueiros e retireiros do Araguaia, dentre outros. Se não fosse por estes povos e comunidades, certamente, o Brasil não teria mais todo o seu amplo patrimônio natural e enorme diversidade ambiental.

Há experiências tecidas no viver indígena que oferecem possibilidades verdadeiramente sustentáveis para estas e as futuras gerações. Outros modos de estar e viver no mundo, para além do sistema capitalista, são praticados por povos indígenas e comunidades tradicionais há milênios. No entanto, eles não dispõem de poder, peso político e visibilidade suficientes para serem encarados como possibilidades para o presente, nem para o futuro.

Um elemento constitutivo das distintas lógicas indígenas é a estreita relação estabelecida entre os processos e os meios de produção - por isso, a terra é de posse coletiva e não individual; a terra não é vista como propriedade privada e sim como espaço de relações sociais lançadas sobre esta base territorial. A natureza, por sua vez, é entendida como provedora, mas cada ser precisa aprender a respeitar os demais, para não destruir o tecido denso e delicado dessa relação entre as pessoas, os seres e também as coisas que, na cultura ocidental, são vistas como inanimadas. Como se vê, o valor simbólico da terra, para os povos indígenas, difere do valor que ela tem numa sociedade capitalista. Para os povos indígenas, a terra não se restringe a um mero recurso, a ser explorado em todo o seu potencial.

A força e o domínio da lógica capitalista de mercado, na atualidade, nos fazem suspeitar de qualquer outra experiência social, política e econômica. É por isso que, na maioria das vezes, apesar de demonstrarmos simpatia para com o pensamento indígena, o consideramos utópico, superado, exótico, inviável. Na lógica do mercado, o modelo mais avançado, viável e adequado é o que pressupõe a maximização dos lucros e é, portanto, profundamente excludente e desigual. Nele, o ser humano é subjugado e colocado na condição de sujeito produtivo ou improdutivo, desejável ou indesejável ao sistema. Nele também se subjugam o meio ambiente, convertendo todos os bens naturais em mercadoria.



Historicamente, os povos indígenas e as comunidades tradicionais cuidam das florestas, águas e estabelecem relações de respeito com os outros seres vivos



No modelo neoliberal, todos os bens da natureza são mercantilizados, como se a madeira não tivesse relação com a vida da floresta, dos seres humanos e do planeta

Se as relações baseadas nas leis de mercado surgem como a única opção possível no mundo contemporâneo, não é porque elas oferecem melhores condições para a vida futura, e sim porque se sustentam em relações de poder que os referendam como caminhos únicos e naturais para o desenvolvimento. Essa premissa é contestada, no entanto, por diferentes movimentos populares anticapitalistas em todas as partes do mundo.



O agronegócio, as madeireiras e as mineradoras pretendem se apropriar dos bens preservados nas terras indígenas



A terra oferece aos povos indígenas todas as condições para garantir não só a vida, mas o Bem Viver

Os três casos apresentados a seguir nos ajudam a refletir sobre os efeitos sociais de um modelo de desenvolvimento que não leva em conta a vida dos povos indígenas. Registrados em diferentes estados do país, mostram alguns efeitos das escolhas feitas pelo governo brasileiro de investir recursos no fortalecimento dos setores privados considerados produtivos, deixando de investir em políticas sociais destinadas a assegurar a vida das populações indígenas.

Vale do Javari (AM)

A Terra Indígena Vale do Javari situa-se no estado do Amazonas e foi homologada em 2001, com 8,5 milhões de hectares. Nela vivem os povos Marubo, Korubo, Mayoruna, Matis, Kulina, Kanamari, além de outros 20 diferentes povos que vivem em situação de isolamento voluntário e inúmeras ameaças, inclusive o da própria extinção.

A omissão do poder público, em especial no que tange ao atendimento de saúde, tem como consequência a morte de centenas de indígenas. Dados reunidos pelo Centro de Trabalho Indigenista (CTI), relativos aos últimos 11 anos, indicam a ocorrência de mais de 325 óbitos resultantes de desassistência, sendo que 210 destes óbitos foram de crianças menores de 10 anos. A mortalidade na

infância no Vale do Javari é superior a 100 mortes para cada mil nascidos vivos, índice cinco vezes maior que a média nacional, que não chega a 23. Doenças como hepatite, pneumonia, infecções respiratórias, meningite e tuberculose são responsáveis pela maioria das mortes. Além disso, a malária é uma enfermidade recorrente na região, quase sempre contraída diversas vezes pela mesma pessoa, o que desencadeia problemas orgânicos crônicos. Há ocasiões em que quase toda uma aldeia é contaminada, dificultando a busca de alimentos, o plantio, a caça e outras atividades produtivas. Este cenário de escassez alimentar, adoecimentos e perda das condições do Bem Viver reflete-se também na ocorrência de mais de 19 suicídios neste período, 15 deles cometidos por jovens Kanamari.

Mato Grosso do Sul

O estado de Mato Grosso do Sul, que abriga uma população estimada em mais de 45 mil Guarani-Kaiowá (a segunda maior população indígena do país), é recordista em violências contra os povos indígenas. Ali, as comunidades indígenas são obrigadas a viver em beira de estradas, são expulsas de seus precários acampamentos e sofrem todo tipo de abuso e violação de seus direitos.

A dura realidade vivida por este povo está diretamente relacionada com o esbulho e a expropriação dos territórios indígenas feita pelo próprio Estado, com o objetivo de “colonizar” as terras da região. Desse modo, várias comunidades foram confinadas em terras insuficientes e sem



O estado é campeão de violência contra os povos indígenas e um dos campeões de exportação de grãos do país

assassinatos, com 41 casos (29% do total de assassinatos no país), em 2014.

condições ambientais e sociais adequadas. Na reserva de Dourados, por exemplo, eles estão submetidos a circunstâncias desumanas e indignas, que se revertem em doenças, em suicídios e em um alto índice de mortalidade infantil. A falta de condições adequadas de vida leva à prática do suicídio. Em 2014 foram registrados 48 casos de suicídio, de acordo com dados da Sesai. Em um período de 15 anos, entre 2000 e 2014, pelo menos 707 indígenas se suicidaram no Mato Grosso do Sul. O estado também foi, novamente, o campeão em número de

Campinápolis (MT)

A Terra Indígena Parabubure, do povo Xavante, localizada a 562 km de Cuiabá, apresenta também uma alarmante taxa de mortalidade na infância. Segundo noticiou o sítio Notícias NX, das 200 crianças nascidas no ano de 2010, 60 morreram em decorrência de doenças respiratórias, parasitárias e infecciosas, o que corresponde a 40% do total de nascimentos do período. Esta Terra Indígena está registrada desde 1987, mas a comunidade Xavante sofre com a falta de assistência adequada em saúde.

As mais de 100 comunidades situadas na região do Médio Araguaia reclamam a falta de veículos, de medicamentos e de equipes técnicas para atender as mais de sete mil pessoas que vivem ali.

Tal como ocorre na Terra Indígena Vale do Javari, os índices de mortalidade na infância na aldeia Xavante de Campinápolis chegam a quase 100 óbitos para cada 1.000 crianças que nascem. Apesar das diferentes formas de mobilização e de luta dos povos indígenas, no dia a dia o que eles encontram é o abandono e a omissão.

Segundo dados da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), em 2014, o povo Xavante foi o que teve o maior número de crianças mortas: 116. A taxa de mortalidade na infância (do nascimento até cinco anos) nos Xavante chegou a 141,64 por mil, enquanto a média nacional registrada em 2013 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) foi de 17 por mil.

“Não pensam como viverão os seus filhos no futuro?”

“O Bem Viver, para nós, diz respeito às terras, às matas, à água, às florestas, tudo isso em harmonia. Nosso Bem Viver não comporta que haja criança passando fome ou que um semelhante passe necessidade. Por isso, nos chocamos com a pobreza, com a fome, com a imagem de pessoas vivendo sem dignidade.

Nos chocamos em ver os programas do governo, que não levam em conta a preservação do planeta. O governo defende que nosso país é o celeiro do mundo, que deverá produzir em grande escala para exportação. Querem, com isso, desmatar nossas matas para aumentar a produção para exportar. Querem, inclusive, privatizar nossas florestas com a implantação do programa de sequestro de carbono.

Quando os estudantes visitam a nossa aldeia, perguntamos para eles: ‘Por que precisam plantar tanto? Por que precisam de tanta produção? Comemos tanta soja assim, no mundo? E para que aumentar as plantações de eucalipto? Tudo isso é para vocês, para suprir as necessidades de agora? E não pensam como viverão os seus filhos no futuro?’

A mídia tem atacado os povos indígenas, só mostra fatores negativos da vida nas nossas aldeias, mostra a nossa vida como ruim e atrasada. Outro dia vi uma reportagem que falava que a gente tem terra e não aproveita. Mas o que é aproveitar a terra? A nossa experiência de vida mostra que não é preciso produzir tanto, basta produzir o suficiente, porque, se não for assim, escravizamos a terra e todos que vivem nela.

Queremos viver em paz em nossos territórios, mas também queremos dignidade para os índios que estão nas periferias das cidades e para todas as pessoas que estão neste mundo, e que não têm a chance de ganhar o pão. Muitas pessoas vivem sem esperança. Muitos são utilizados como mão de obra escrava. Por isso nós lutamos para continuar vivendo os nossos costumes, a nossa cultura. Precisamos ter nossas terras legalizadas e ter saúde garantida. Com todos os direitos garantidos, vamos fazer diferença.”

Cacique Babau Tupinambá,
aldeia Serra do Padeiro, Terra Indígena
Tupinambá de Olivença, no sul da Bahia



Reconhecido como o primeiro povo a estabelecer contato com os colonizadores portugueses, os Tupinambá ainda aguardam a demarcação do seu território tradicional: “Nosso Bem Viver não comporta que haja criança passando fome”

Um conceito equivocado de desenvolvimento

Dom Erwin Kräutler, presidente do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e bispo na Prelazia do Xingu, foi recebido pelo papa Francisco, em abril de 2014, para uma audiência cujo tema principal eram as violações aos direitos indígenas no Brasil e a Encíclica sobre ecologia. Em entrevista ao *Jornal O São Paulo*, Dom Erwin enfatiza alguns conceitos desenvolvidos neste encarte.



“Se desenvolvimento é entendido apenas como crescimento econômico, o índio é considerado estorvo. Se, ao contrário, significa melhor qualidade de vida para todos, a sabedoria milenar dos indígenas é considerada uma riqueza para todo o Brasil”.

JOSP – Como o senhor avalia o interesse do Papa e da Igreja em todo o mundo pela questão indígena brasileira?

Dom Erwin – O Papa disse em seu discurso aos bispos do Brasil, por ocasião da Jornada Mundial da Juventude, que a Amazônia é um “teste decisivo para a Igreja e a sociedade brasileiras”. Penso que o mesmo pode ser dito a respeito da questão indígena, que nos desafia a todos e requer uma resposta de compromisso da Igreja para com esses povos, sempre colocados de escanteio e considerados pelo sistema econômico como “supérfluos” e “descartáveis” (Cf. DAp 65) porque “não produzem”.

JOSP – Mesmo com apoio de parte da mídia e todas as manifestações, o “genocídio silencioso” dos povos Guarani-Kaiowá, no estado do Mato Grosso do Sul, continua. Quem deve assumir esta causa para que tenha um fim?

Dom Erwin – Esse caso já brada aos céus. Quanto tempo já passou e nada foi resolvido. Falta vontade política. Quantos indígenas têm que morrer ainda até que os parâmetros constitucionais sejam cumpridos? A razão de tanta demora em solucionar a questão são os interesses do agronegócio, é a soja, é a cana de açúcar, é o boi, que, para os governos federal e estaduais, são sinônimos de progresso e desenvolvimento.

JOSP – Petróleo, açúcar, gado, hidrelétricas, mineradoras são algumas das ameaças aos indígenas. Mas, poderíamos detectar uma ameaça principal?

Dom Erwin – O problema subjacente à marginalização dos povos indígenas é um conceito equivocado de desenvolvimento. Se desenvolvimento é entendido apenas como crescimento econômico e aumento das exportações, aí, o índio é considerado estorvo, obstáculo, empecilho e atrapalha. Por isso, ele tem que desocupar suas terras, cair fora. Se ele defender os seus direitos, corre risco de vida e um povo todo é ameaçado em sua sobrevivência não apenas cultural, mas também física. Aí acontece o “genocídio silencioso”. Se, ao contrário, entendemos desenvolvimento

como melhor qualidade de vida para todos, então, os indígenas são valorizados e sua sabedoria milenar considerada uma riqueza para todo o Brasil.

(...)

JOSP – Poderíamos dizer que o Brasil caminha para um extermínio legal indígena?

Dom Erwin – Lamentavelmente, se os rumos não mudarem, estamos caminhando para um extermínio “legal”. As Portarias 419/11 e 303/12 e o Decreto 7957/13 do poder Executivo, as Propostas de Emendas Constitucionais (PEC) 215/00, 038/99 e os Projetos de Lei 1610/96 e 227/12, do poder Legislativo, e o instrumento das “Suspensões de Segurança”, do poder Judiciário, vão nessa direção. Creio que a mais perigosa ameaça aos povos indígenas é a PEC 215, em que a bancada ruralista quer arrancar do Executivo a prerrogativa de demarcar áreas indígenas, que é um processo técnico que exige estudos antropológicos, etnológicos, cartográficos, para determinar se uma área é terra indígena ou não. Esses estudos não podem ser submetidos a uma votação no Congresso. Pior, essa bancada ruralista quer mudar a Constituição Federal em relação aos povos indígenas. Essa onda anti-indígena no Congresso Nacional é um tremendo retrocesso e arranha a imagem do Brasil no exterior.

JOSP – E sobre a não demarcação de terras indígenas nos últimos anos. Que prejuízos esta ação do governo tem causado e pode causar nos próximos anos?

Dom Erwin – A paralisação das demarcações perpetua conflitos e violências contra os povos indígenas. A demarcação de todas as áreas indígenas no Brasil deveria ter sido concluída já em 1993, pois a Constituição Federal de 1988 estabeleceu o prazo de cinco anos para esses procedimentos. Das 1.046 áreas indígenas no Brasil apenas 464 são homologadas ou registradas ou então declaradas como tais. Quer dizer apenas 44,3% do total. Uma área indígena não demarcada escancara as portas para todo tipo de invasão, conflito e violência.

Para saber mais

Filmes

A Lenda do Dia e da Noite, Rui de Oliveira - www.youtube.com/watch?v=v4LERka3bOY

La Abuela Grillo, Denis Chapon - www.youtube.com/watch?v=AXz4XPuB_BM

Histórias de Avá, Bernardo Palmeiro - www.youtube.com/watch?v=T9hSRn2UuF4

Livros

BASTOS, Jorge Henrique. *A Criação do Mundo Segundo os Índios Ianomâmi*. Lisboa, Hiena, 1994.

GALVÃO, Eduardo R. *Encontro de Sociedades: Índios e Brancos no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

KATY, Sulami. *Meu lugar no mundo*. Ática, 2004

MINDLIN, Betty e narradores indígenas. *Mitos Indígenas*. São Paulo, Ática, 2006.

MONTEIRO, John. *Negros da Terra: Índios e Bandeirantes nas Origens de São Paulo*. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.

PAPPIANI, Angela. *Entre dois mundos*. Ilustrado pelas crianças da aldeia Etenhiritipa. São Paulo, Nova Alexandria, 2010.

RIBEIRO, Darcy. *Os Índios e a Civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno*. Petrópolis, Vozes, 1982.

SANTILLI, Márcio. *Os brasileiros e os índios*. São Paulo, Editora Senac, 2001.

SCATAMACCHIA, Maria Cristina M.. *Encontro Entre Culturas: Índios e Europeus*. São Paulo, Atual, 1994.

SILVA, Waldemar de Andrade e Silva. *Lendas e Mitos dos Índios Brasileiros*. São Paulo, FTD, 1999.

Sítios Eletrônicos

www.genteawa.com.br

www.palavrascriadoras.blogspot.com.br

Encarte Pedagógico V

Cosmovisões indígenas e modelo de desenvolvimento

TEXTO: Iara Tatiana Bonin
EDIÇÃO: Patrícia Bonilha

Publicação do Conselho Indigenista Missionário (Cimi)

www.cimi.org.br